

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

ILMO(A) SR(A). PREGOEIRO(A) DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ

Ref.: Pregão Eletrônico Compras.gov nº 91630/24 – UASG 926277

Processo Adm. nº 21.233.076-6 - Pe. 1630/24

A empresa KEV-X SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 19.450.854/0001-06, por seu representante legal, apresenta suas CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa REDUTO ION SERVIÇO DE COMPLEMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA LTDA, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

1. DA TEMPESTIVIDADE

As contrarrazões são apresentadas dentro do prazo legal estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 e pelo edital do pregão, assegurando o direito da recorrida à ampla defesa e ao contraditório.

2. DA SÍNTESE DO RECURSO

O recurso administrativo da REDUTO ION argumenta que a KEV-X SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA não teria atendido integralmente as exigências editalícias, apontando supostas irregularidades em dois aspectos principais:

- A insuficiência da comprovação de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de São Paulo;
- A ausência de apresentação dos certificados de qualificação técnica do profissional técnico no momento exigido pelo edital.

3. DA REGULARIDADE FISCAL COM A FAZENDA ESTADUAL

A alegação da recorrente de que a KEV-X SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA não apresentou ambas as certidões necessárias (dívida ativa e não inscrita) não procede. A KEV-X comprovou regularidade fiscal mediante certidão emitida por órgão competente, sendo esta suficiente para atender ao item 3.5 do Anexo II do edital.

Além disso:

- A exigência de duas certidões distintas (dívidas inscritas e não inscritas) não é explicitada no edital, não cabendo ao pregoeiro exigir documentos além dos expressamente previstos, sob pena de violação dos princípios da legalidade e da vinculação ao edital (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).
- A interpretação extensiva proposta pela recorrente cria um ônus desproporcional, indo além do que foi estabelecido no certame.

Portanto, a KEV-X atendeu à exigência de regularidade fiscal conforme os critérios editalícios, não havendo fundamento para sua inabilitação por este motivo.

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

O recurso da REDUTO ION argumenta que os documentos de qualificação técnica deveriam ter sido apresentados em dois momentos distintos. Contudo:

- O edital prevê a apresentação dos certificados 10 (dez) dias antes da realização dos testes (item 10.7.1.1.2 do Termo de Referência e item 6.1 do Anexo II), o que foi integralmente cumprido pela KEV-X SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
- Anexo II – Documentos:
1.2. A documentação constante no item 6 não será solicitada e avaliada no certame, somente 10 (dez) dias anteriores à realização dos serviços.

6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM:

6.1. Dez (10) dias antes da data agendada para a realização dos testes, a empresa deverá encaminhar a certificação do profissional que fará os testes de qualidade radiológica, o qual deverá ser especialista em Física de radiodiagnóstico, ou especialização equivalente, devidamente certificado.

- A interpretação da recorrente, de que os certificados deveriam ser apresentados no momento da proposta e, novamente, antes dos testes, não encontra respaldo na legislação nem no edital. O princípio da vinculação ao edital impede que requisitos não claramente especificados sejam impostos retroativamente aos licitantes.

Ainda, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça que exigências desproporcionais ou ambíguas devem ser interpretadas de maneira a preservar a competitividade e a isonomia do certame (Acórdão nº 00103/2023-7 - Plenário).

A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) prevê mecanismos para evitar a desclassificação ou inabilitação de licitantes por razões que não comprometem a competitividade do certame, sobretudo quando a ausência de documentos não essenciais pode ser corrigida.

Art. 72, que dispõe:

Art. 72. Caso seja verificada a ausência de documentos ou informações que possam ser apresentados ou complementados, ou ainda a presença de vícios formais em documentos apresentados, a administração deverá conceder prazo ao licitante para saneamento do vício, na forma do regulamento. (documentos em anexo).

Princípios Aplicáveis:

1. Princípio da Competitividade: A inabilitação não deve ser usada de forma desproporcional, garantindo que os licitantes tenham uma chance justa de participar.

2. Princípio da Razoabilidade: Pequenos erros ou omissões formais, como a ausência de um documento que pode ser obtido rapidamente, não devem levar à exclusão do certame.
3. Princípio do Formalismo Moderado: A Administração deve priorizar o resultado final da licitação, evitando excesso de rigor formal.

5. DA JURISPRUDÊNCIA E DOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS

Conforme jurisprudência consolidada, a inabilitação de licitantes só pode ocorrer diante de irregularidades graves e devidamente comprovadas. Não é o caso dos argumentos apresentados pela REDUTO ION.

A habilitação da KEV-X foi realizada dentro dos limites legais e em conformidade com os princípios da:

- Legalidade: Os documentos apresentados atenderam aos requisitos expressos no edital.
- Isonomia: A decisão do pregoeiro preservou a igualdade de condições entre os concorrentes.
- Vinculação ao edital: O edital foi seguido rigorosamente, sem interpretações extensivas ou imposição de exigências não previstas.

6. DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) O não provimento do recurso interposto pela REDUTO ION SERVIÇO DE COMPLEMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA LTDA;
- b) A manutenção da habilitação da empresa KEV-X SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA no Pregão Eletrônico nº 91630/24;
- c) A preservação da decisão do pregoeiro, reconhecendo a regularidade e a conformidade da documentação apresentada.

**Nestes termos,
Pede e espera deferimento.**

Ribeirão Preto, 26 de novembro de 2024.

**KEV-X SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
Vitor Marineli Gelonezi**

ANEXO I

DOCUMENTOS



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 19.450.854/0001-06

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 24111070258-02

Data e hora da emissão 21/11/2024 09:30:04

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



A Associação Brasileira de Física Médica

Confere o

TÍTULO DE ESPECIALISTA EM FÍSICA MÉDICA

a

Ditor Marineli Delonezi

*Por ter alcançado em 5 de junho de 2007 os padrões
de qualificação profissional e os requisitos de
experiência clínica em Física Médica em Radiodiagnóstico*

São Paulo, 6 de junho de 2007


Laura Natal Rodrigues


Presidente


Marcia de Carvalho Silva

Secretária Geral

Com a
participação de



Certificado nº 12X-281/1220 registrado
na folha 11 do Livro de Registro de
Certificados da ABFM nº 01
em 06/06/07

Secretaria Geral